

FEVEREIRO 2018 / EDIÇÃO 3

PANORAMA DO EMPREGO

SERVIÇOS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA

Uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes

CONASCON

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes

FILIADA A



SETOR FECHOU 2017 COM BAIXA DE 9MIL VAGAS

**MULHERES RECEBERAM
EM MÉDIA 7% A MENOS**





SUMÁRIO

O mercado brasileiro de emprego formal manteve a trajetória de encolhimento, durante o primeiro semestre de 2017, iniciando uma recuperação a partir do segundo semestre, até o mês de outubro. A redução das admissões que ocorre, usualmente, nos dois últimos meses do ano, com o adiamento para o início do ano seguinte, fez com que o resultado final ainda fosse negativo, com perda de 20.832 postos de trabalho.

A trajetória mensal indica uma recuperação em 2018, do mercado de trabalho formal, acompanhando a recuperação do crescimento global da economia.

Os setores da construção civil e da indústria da transformação foram os principais responsáveis pelas perdas, enquanto o comércio e os serviços, já apresentaram resultados positivos.

Dentre os serviços, o setor de asseio, limpeza e conservação ainda teve um resultado negativo, mas com dife-

renças entre os subsetores. O principal deles o de limpeza que é uma atividade, em geral, terceirizada pelas empresas, ainda apresentou resultado negativo. É uma atividade já tradicionalmente terceirizada, mas que demonstra não indicar uma precarização do trabalho. Em todas as principais funções não houve nenhuma com remuneração média inferior a R\$ 1.000,00 mensais, apesar do baixo nível de escolaridade. Os reajustes, por ação sindical, tiveram ganhos reais.

As perspectivas para 2018 são de melhoria dos empregos no setor, graças à retomada das locações corporativas, novas aberturas de Shopping Centers e aumento nas vendas de moradias em condomínios.

O setor de limpeza urbana e paisagismo ainda deverá “patinar” em função da crise fiscal.

RESULTADO NACIONAL

No primeiro trimestre, embora tenha ocorrido uma recuperação das contratações, a continuidade das demissões fez com que o período terminasse com resultado negativo.

O mercado de trabalho formal começou a se recuperar somente a partir do segundo trimestre de 2017, mas o movimento negativo do começo do ano e a usual redução de contratações no final do ano, fez com que o ano terminasse com uma redução acumulada de 20.832 postos de trabalho formais.

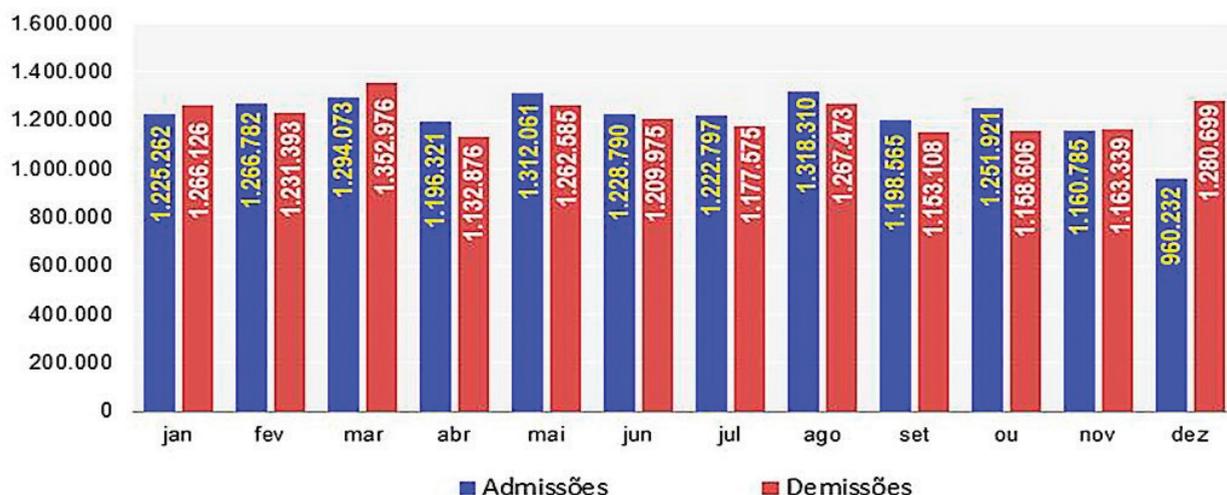
Somente em dezembro de 2017, as demissões superaram as contratações em 328.539 postos de trabalho extintos. As contratações caíram abaixo de um milhão, contrapondo-se às contratações superiores a esse nível,

ao longo do ano, alcançando o pico de 1,318 milhões, em agosto. As demissões ficaram dentro do nível de 1,2 milhões.

Embora negativo, o fechamento de postos foi menor que o registrado no mesmo mês de 2016, quando 462.366 postos foram eliminados.

Com este resultado negativo pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil fechou o período analisado com um estoque de 38,2 milhões de empregos formais existentes, estoque mais baixo desde o final de 2011, quando 38,2 milhões de pessoas ocupavam empregos com carteira assinada no país.

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS - BRASIL 2017

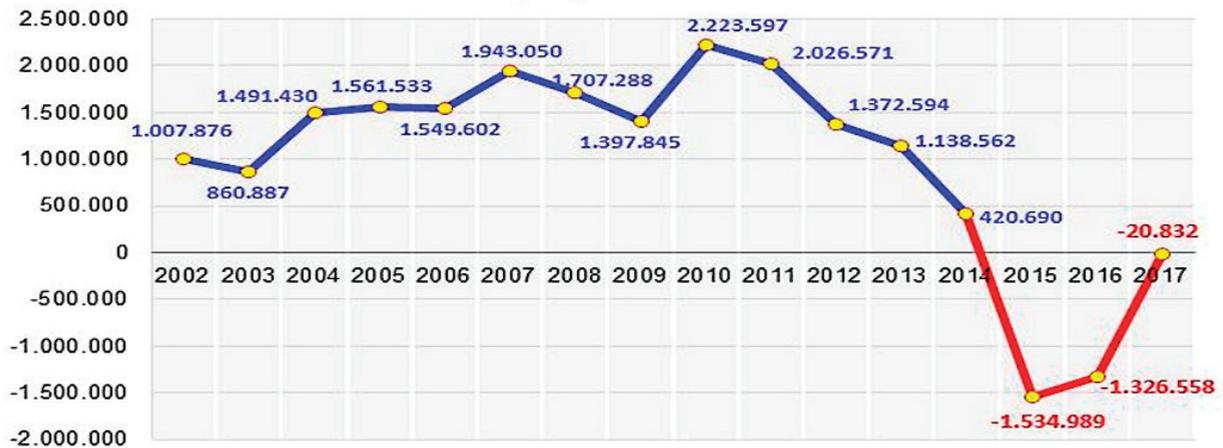


Fonte: PDET/CAGED, 2018

Mesmo com este desempenho, o saldo de empregos em 2017 é um resultado melhor do que o apresentado nos últimos 2 anos, porém também distante do último resultado positivo datado em 2014.



SALDO DE EMPREGOS NO BRASIL - 2002/2017



Fonte: PDET/CAGED, 2018

As mulheres foram mais atingidas pelo desemprego no ano passado: o número de demissão de mulheres superou o de contratações em 42.526 postos de trabalho extintos. Já para os homens, o resultado ficou positivo no ano passado: foram 21.694 vagas abertas a mais do que fechadas.

Em 2017 acentuou-se a renovação do mercado de trabalho formal, com acréscimo de vagas para os mais jovens e uma redução mais acentuada nas faixas de maior idade, o que seria motivada pela remuneração menor dos mais jovens. No entanto, outros dados, como o da PNAD Contínua apontam ainda para um alto desemprego entre os mais jovens.

SALDO DE EMPREGO POR FAIXA ETÁRIA

Até 17 anos: +171.185 vagas

18 a 24 anos: +652.734 vagas

25 a 29 anos: -4.994 vagas

30 a 39 anos: -187.546 vagas

40 a 49 anos: -206.624 vagas

50 a 64 anos: -379.930 vagas

65 ou mais: -65.656 vagas

Fonte: PDET/CAGED, 2018

POR SETOR

O setor industrial, também apesar de apresentar recuperação dos empregos durante o ano, não suportou a queda das contratações de final do ano, terminando com resultado negativo, ainda que relativamente pequeno.

A principal queda ocorreu no setor da construção civil, com uma redução continuada dos empregos em decor-

rência da paralização das obras públicas, fortemente atingida pelos contingenciamentos orçamentários, pelas contenções de financiamento às concessionárias envolvidas na Operação Lava-Jato, demora nos processos das novas concessões, PPPs e pelo ajuste do mercado imobiliário após a bolha de lançamentos em 2014.

SETORES QUE FECHARAM VAGAS		SETORES QUE ABRIRAM VAGAS	
Construção civil	-103.968	Comércio	40.087
Indústria de transformação	-19.900	Agropecuária	37.004
Indústria extrativa mineral	-5.868	Serviços	36.945
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-4.557	TOTAL	114.036
Administração pública	-575		
TOTAL	-134.868		

Fonte: PDET/CAGED, 2018

COMÉRCIO

O comércio foi fortemente afetado, pela redução continuada do consumo familiar, desde 2014, associando o desemprego à perda de confiança no futuro, o que gerou uma interação negativa. Esse círculo vicioso só veio a ser rompido em 2017, pela colheita inicial da supersafra agrícola, nos primeiros meses do ano, gerando dois indicadores macroeconômicos positivos: o aumento do PIB e a redução da inflação, puxada para baixo pelos preços menores dos alimentos.

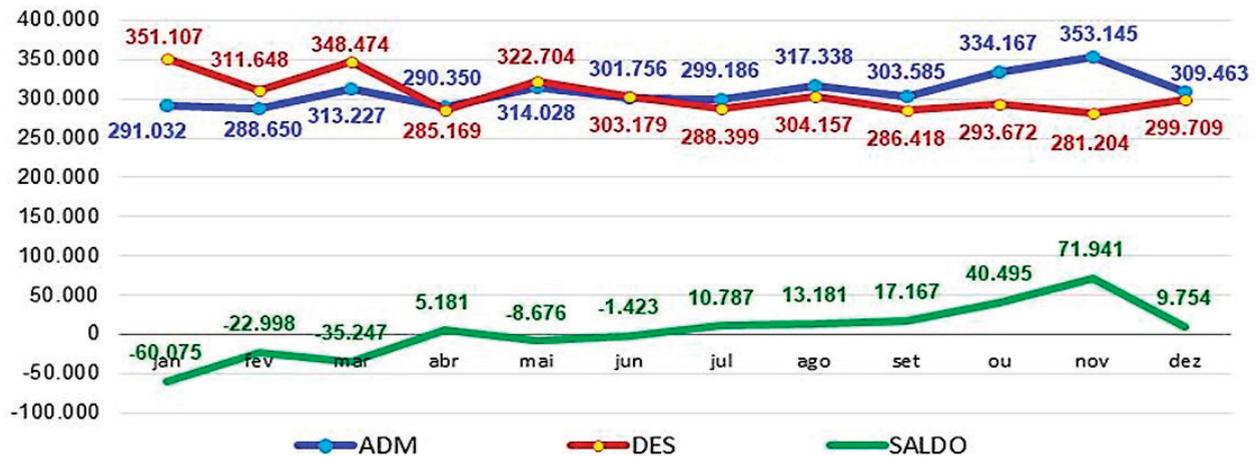
O varejo demorou a reagir, mesmo com o estímulo da liberação do FGTS inativos que, segundo o Governo, teria injetado 40 bilhões de reais, a partir do 2º trimestre do ano. A maior parte dos recursos foi usado para quitar dívidas. A retomada das compras no varejo, com reflexo sobre os empregos só passou a ocorrer no segundo semestre, com o aumento das admissões, superando as demissões. Houve um pico de contratações em outubro e novembro, em função do aumento das vendas do dia das crianças e a perspectiva de um significativo aumento no Black Friday. Enquanto do primeiro alimenta a venda de bens de consumo semiduráveis e de menor valor médio (brinquedos, vestuário e outros) o segundo fortalece a venda de bens duráveis, como os eletroeletrônicos domésticos.

Com a antecipação das contratações, no comércio, em função do Black Friday, as contratações de dezembro já são menores, e as demissões são maiores, terminado o período das festas. Como as apurações são mensais e não diárias, os dados refletem a movimentação do mês, que – como ocorre todos os anos – é negativa. Mas as demissões ficaram dentro do padrão mensal, abaixo de 300 mil, enquanto as contratações, embora menores, mantiveram o nível acima de 300 mil, resultando num saldo positivo no mês. Ao contrário do que ocorreu com a indústria, a sustentação do resultado positivo, em dezembro, propiciou um aumento no ano de 40.087 novos postos de trabalho. O resultado é melhor quando comparado aos últimos dois anos quando havia perdido -197 mil empregos em 2016 e -212 mil, em 2015.

Apesar do resultado positivo, os empregos no comércio não compensaram as perdas dos outros setores, de tal forma que o resultado global do ano ainda foi negativo. A melhoria do comércio associada ao aumento do consumo das famílias, deverá sustentar um resultado positivo do mercado de trabalho formal em 2018.



COMÉRCIO - MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO - BRASIL 2017



Fonte: PDET/CAGED, 2018

AGRICULTURA

A agricultura brasileira se beneficiou das condições climáticas favoráveis e registrou uma safra recorde com substancial aumento de colheita em quase todos os seus produtos. Esse setor tem duas faces distintas no que se refere ao mercado de trabalho: por um lado, é um setor altamente tecnológico que emprega pouca mão de obra; por outro lado, a agricultura familiar que abastece boa parte do país tem como característica o trabalho por conta própria, em parte informal.

Há, no entanto, uma agricultura patronal de pequeno e médio porte, não considerado – institucionalmente – como familiar, e integrante da cadeia produtiva dos produtos de exportação, que é responsável pela grande

parte da geração e sustentação de empregos celetistas.

Em São Paulo, estão nas cadeias produtivas do suco de laranja, como produtores independentes da fruta e do açúcar e etanol, como produtores de cana. Nos estados do sul, são produtores avícolas e de suínos. No ano, o setor agrícola foi responsável pela criação de 37.004 novos empregos, com a concentração no cultivo da laranja, onde a colheita se dá entre abril e junho e explica o pico de contratações, demonstrada no gráfico abaixo, de maio a julho. Mesmo com as demissões posteriores o setor acumulou um saldo positivo de 14.582 vagas adicionais, seguido pelas atividades de apoio à agricultura com 7.732 vagas.

AGRICULTURA - MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO - BRASIL 2017



Fonte: PDET/CAGED, 2018

SERVIÇOS

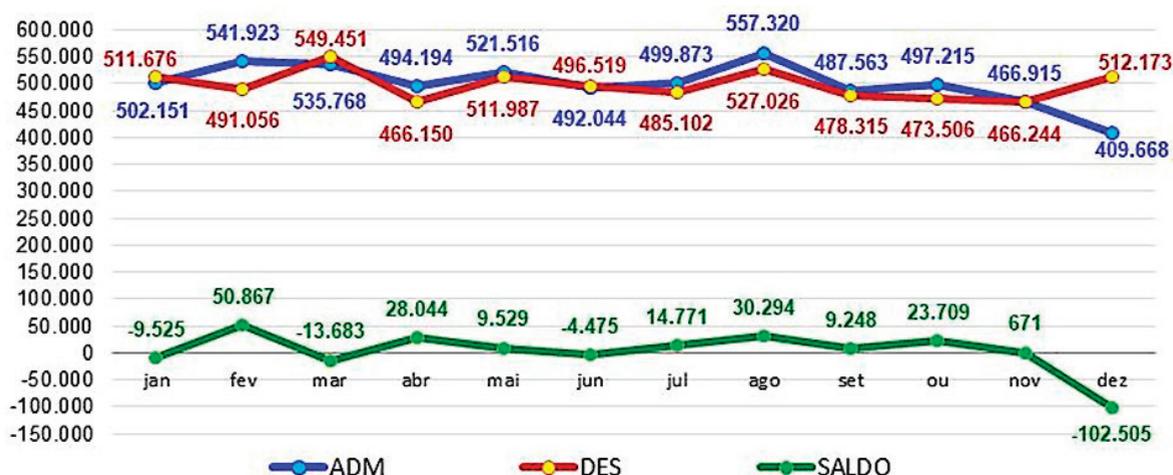
O setor de serviços que engloba uma ampla diversidade de atividades, sendo a detentora do mais estoque de empregados formais no país, ainda apresenta instabilidade na geração de novos postos de trabalho. Oscilou de um nível maior de contratações mensais de 557 mil em agosto e 467 mil em novembro. O saldo acumulado até novembro garantiu um resultado anual positivo. Mesmo com o resultado negativo de dezembro, com as contratações despencando para 410 mil – abaixo do valor referido acima – e um saldo negativo de 102 mil, com 512 mil desligamentos, no mês, fechou o ano com a criação

de 36.645 postos de trabalho, sendo o macro setor que mais gerou empregos no ano.

Teve como principal impulsionador durante o primeiro semestre a atividade de ensino aumentou a demanda por profissionais no setor, já no segundo trimestre os serviços médicos foram responsáveis por adicionar 49 mil vagas formais no mercado.

O setor fechou 2017 com 6,0 milhões de admissões e 5,9 milhões de trabalhadores demitidos.

SERVIÇOS - MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO - BRASIL 2017



Fonte: PDET/CAGED, 2018

SETORES QUE FECHARAM VAGAS

A construção civil apresentou o pior resultado por setores: foram -103.968 postos de trabalho extintos. É o quarto ano consecutivo que o setor fecha com desempenho negativo, desde 2014 já foram cerca de 1 milhão de postos de trabalho extintos.

Além de todos os problemas que o setor vem enfrentando, em 2017 o mercado imobiliário teve grande participação neste resultado. Devido ao cenário de crise e desemprego, muitos brasileiros tiveram que adiar a compra da casa própria o que motivou a queda nas vendas

de imóveis. Junto a isso, a Caixa – principal banco que financia a habitação no país – mudou suas regras em 2017 e dificultou o acesso ao crédito imobiliário.

A Indústria de Transformação também registrou reduções em 2017 com -19.900 postos, ainda assim, os resultados foram melhores do que em 2016 que fechou com a extinção de -324.150 vagas.



OS REFLEXOS DA REFORMA TRABALHISTA

Apesar das perspectivas apresentadas pelo Governo de que a Reforma Trabalhista possibilitaria a modernização e melhoria nas relações de trabalho e, com isso o aumento do número de empregos, isso não ocorreu. Mas sem influência direta da reforma trabalhista, a menos de ocorrências pontuais.

Comércio varejista e lojas de alimentação, tradicionalmente, contratavam trabalhadores temporários para atender ao pico de natal. Com as novas regras muitas empresas optaram pelo trabalho intermitente.

Essa foi a modalidade escolhida para a contratação de 5.971 trabalhadores neste período, destes 330 já foram demitidos restando 5.641 que estão contratados sob esta modalidade. Seria um padrão melhor que dos temporários que são demitidos tão logo terminem as compras do dia 24 de dezembro.

Os primeiros dados do CAGED sobre o trabalho intermitente, confirmam o exposto:

- Dos contratados 77,5% estão empregados no Comércio e 17,7% no setor de Serviços;
- A maioria das contratações foi realizada em São Paulo (30,2%), Minas Gerais (15,6%) e Bahia (7,5%);
- Principais ocupações contratadas: Assistente de Vendas (88,6%)
- Perfil do Trabalhador: Mulher (54%) com faixa etária até 30 anos (69%) e com 2º grau completo (86%).

A PNAD E A TAXA DE DESEMPREGO

O mercado de trabalho está se recuperando, seguindo uma tendência já adotada durante a recessão, ampliada na retomada do crescimento e em consolidação com a reforma trabalhista.

Envolve uma ampla mudança cultural que vai muito além das relações de trabalho. A chamada geração “y” ou “millennials” chega com paradigmas diferentes das anteriores. Não querem mais o carro próprio, como principal objeto de desejo. Preferem usar o transporte coletivo ou os aplicativos de chamada. Não estão em busca de trabalho seguro, fazendo carreira ao longo de toda a sua vida laborativa numa mesma empresa. A geração anterior priorizava essa visão, na expectativa de subir sucessivamente na carreira. E, se as circunstâncias ajudassem, até chegar ao cargo máximo. O Bradesco, o segundo maior banco privado brasileiro, sempre promoveu essa cultura e acaba de confirmá-lo. O novo Presi-

- Está sendo utilizada para cargos operacionais, tais como: vendedor, servente de obras, garçom, vigilante, faxineiro, soldador etc.

Outra nova regra rapidamente adotada pelas empresas foi a Demissão por Comum Acordo, pois em 50 dias de vigor desta nova regra foram realizadas 6.696 demissões nesta modalidade. Outras informações disponíveis sobre a rescisão por comum acordo, são:

- São Paulo concentrou 29,7% destas demissões, seguido pelo Paraná com 10,7% e Rio Grande do Sul com 9,5%;
- 49,9% destas demissões ocorreram no setor de Serviços e 23,5% no Comércio;
- Principais cargos dos trabalhadores demitidos nesta modalidade: auxiliar de escritório (3,4%), assistente administrativo (3%), alimentador de linha de produção (2,35%), motorista de ônibus urbano (2,1%), entre outras ocupações;
- Perfil do Trabalhador: A maioria são Homens (62,8%), na faixa etária entre 30 e 49 anos (50,1%) e a maioria com 2º grau completo.

Até o momento não é possível fazer análises mais precisas sobre as novas regras trazidas pela Lei 13.467/17, pois o sistema estatístico do Ministério do Trabalho ainda não foi atualizado e são divulgados apenas resultados gerais. Ou seja: não é possível, por exemplo, saber o número de contratos intermitentes por atividade econômica ou obter a remuneração média deste tipo de trabalhador.

dente executivo será um funcionário de carreira do banco que teria começado como “office-boy”, no tempo em que essa função existia amplamente, mas os mais talentosos querem fazer a sua própria carreira, passando por diversas empresas, até chegarem aos cargos máximos. Preferem morar em cubículos de apenas 20 m² e ter toda a vida fora da residência, nesta apenas para dormir. A dúvida é ainda a extensão dessa população e a classe social. Seria um fenômeno restrito à elite ou à classe média? Apenas dos trabalhadores de nível superior ou alcançaria os de menor escolaridade?

Está evidenciado que não é unanimidade, considerando o volume das inscrições para os concursos públicos e a demanda pelos cursinhos preparatórios. Assim como as diversas manifestações de trabalhadores entrevistados pela mídia, em trabalhos por conta própria, ainda almejando conseguir um emprego com carteira. São dados

qualitativos, sem confirmações quantitativas confiáveis. Por outro lado, os empregadores preferem contratar autônomos ou terceiros para tarefas definidas, em vez de contratos por tempo indeterminado, garantindo a disponibilidade do trabalhador.

A continuada recessão quebrou a expectativa usual de crescimento continuado, ainda que lento, e que eventuais quedas de movimento seriam passageiros. E que não valeria a pena demitir, para ter que recompor o seu quadro de empregados, dois ou três meses depois.

O dado quantitativo mais geral que é apurado pela PNAD mostra uma retomada do mercado de trabalho, com redução gradativa da taxa de desemprego que fechou em 11,8% no trimestre de out/dez de 2017, caindo 0,6% em relação ao trimestre de jul/set (12,4%). Na comparação com o mesmo trimestre de 2016, cuja taxa era de 12%, ou seja, se manteve praticamente estável na comparação entre o mesmo período nos últimos dois anos. As curvas trimestrais mostram um crescimento acentuado da taxa de desemprego em 2015, 2016, e início de 2017, com uma reversão lenta ao longo do ano, determinando uma taxa anual de desemprego de 2017 (12,7%) superior à de 2016 (11,5%).

O número de empregados com carteira de trabalho assinada de 33,3 milhões ficou estável frente ao trimestre anterior (jul/set) e recuou 2% (menos 685 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2016. Comparando-se as médias anuais de 2014 para 2017, esse contingente se reduziu em 3,3 milhões. As empresas demitiram um grande volume de empregados, diante da recessão, e não estão repondo no mesmo nível. De uma parte, pela introdução de novas tecnologias e equipamentos substitutivos do trabalho humano. De outro pela contratação segundo outras modalidades que não a da CLT. Empresas de menor porte podem estar ampliando a contratação sem carteira.

O número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,1 milhões de pessoas) apresentou estabilidade em relação ao trimestre anterior mas subiu 5,7% (mais 598 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2016. Entre as médias anuais de 2014 para 2017, houve um aumento de 330 mil pessoas nesse contingente.

A contratação sem carteira seria movida por um acordo espúrio, com imposição de parte do empregador e aceitação constrangida do trabalhador desempregado, por

falta de opção. Há casos, no entanto, de preferência do trabalhador, para ter uma aparente renda maior, sem os descontos oficiais. E há os casos de má fé em que o trabalhador aceita a condição, dentro da perspectiva futura de ingressar com uma ação trabalhista.

A categoria dos trabalhadores por conta própria (23,2 milhões de pessoas) cresceu 1,3% na comparação com o trimestre jul/set (mais 288 mil pessoas). Em relação ao mesmo período de 2016, houve alta de 4,8% (mais 1,1 milhão de pessoas). Nas médias anuais, em 2012, o trabalho por conta própria envolvia cerca de 22,8% dos trabalhadores (20,4 milhões) e, em 2017, passou a representar 25,0% (22,7 milhões).

O aumento da população ocupada e a conseqüente queda da taxa de desemprego impulsionada pelo trabalho por conta própria, apesar de ser caracterizada como precarização das relações de trabalho, não é obrigatoriamente. Trata-se de uma transformação do mercado de trabalho, favorável ao trabalhador que passa a buscar e ter trabalho, por sua iniciativa e risco, sem ficar na dependência de um empresário que gere emprego e abra vaga. Dá margem ao empoderamento de muitos trabalhadores, que querem se liberar da dependência de um “patrão” para se tornar “patrão de si mesmo”. E pode ser explorado por si mesmo, sem interferência estatal.

Segundo a visão, ainda predominante, de tutela estatal das relações de trabalho, trata-se de precarização, pois supõe-se que a não precarização seria garantida pelo Estado. O que não ocorre na prática. O Estado não tem condições de obrigar o empresário a abrir vagas, contratar compulsoriamente, quando o mercado vai mal. A intervenção estatal e sindical só ocorre, na prática, a partir da contratação. O desemprego ocorre com a não contratação. O desempregado, o que nunca foi contratado não tem nenhuma proteção.

Já a contratação sem carteira, além da ilegalidade, é socialmente perverso. Porque o trabalhador aceita e até prefere, porque tem ganhos imediatos. E não forma as poupanças obrigatórias, para atender às situações de inatividade futura.



SALDO DE EMPREGOS POR UF

A evolução do mercado de trabalho por Estado da Federação mostra resultados díspares por razões distintas. Santa Catarina criou 29.441 postos, um crescimento de 1,51% em relação ao mesmo período em 2016, sendo o principal responsável por esse número a Indústria de Transformação, que criou 12.443 empregos em todo o ano, com destaque para a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos e a de produtos alimentícios e bebidas.

A indústria têxtil de Santa Catarina estaria se revitalizando, voltando a ser competitiva e contendo a invasão de produtos têxteis baratos da China. Com produtos de melhor qualidade, maior proximidade do mercado consumidor e avanço na produtividade, vem reconquistando o mercado brasileiro. Os avanços tecnológicos, apesar de reduzir pontualmente o trabalho humano, propiciando o aumento geral de empregos no setor.

O Estado é ainda um grande produtor de carnes avícola e suína, que tem crescido com as exportações. Teria sido favorecido pela Operação Carne Fraca, por não ter grande envolvimento com as irregularidades descobertas.

A revitalização da sua economia primária e secundária provou o efeito indireto, pelo consumo dos trabalhadores empregados, gerando aumentos de novos empregos no setor de serviços, principalmente de alimentação fora de casa. Teria tido também o auxílio do aumento do turismo, sendo Florianópolis o destino preferido de turistas brasileiros e também dos argentinos.

Já o Estado de Goiás - aumento de 25.370 vagas - foi favorecido pela supersafra agrícola, com a criação de empregos diretos, mas principalmente indiretos. A geração de empregos da agropecuária foi positiva, mas relativamente pequena: 3.647. As cidades goianas, principalmente a capital Goiânia são os polos regional de consumo dos fazendeiros e empregados bem remunerados da produção de grãos. Embora não haja pesquisas quantitativas específicas, os indicadores qualitativos indicam que os principais destinos de consumo da renda gerada pela agricultura exportadora do Centro Oeste, são Goiânia, São Paulo e exterior. O setor de Serviços foi destaque com o saldo positivo de 10.828 novos postos, impulsionado especificamente pelos serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção. Muito superior ao da agropecuária que move a economia regional, mas é pouco empregadora.

Minas Gerais vem em terceiro lugar, com uma movimentação diversificada, gerando mais 24.296 postos de trabalho, sem destaque para um setor específico e motivos evidentes para esse aumento. Mas concentrada no setor de serviços.

Mato Grosso, que vem em quarto lugar na geração de vagas e o Paraná, em quinto são grandes produtores agrícolas, o que poderia justificar o crescimento dos empregos. Mas em contrapartida Mato Grosso do Sul, também importante produtor agrícola, perdeu empregos.

O pior resultado continua com o Rio de Janeiro. O Estado foi abalado inicialmente pela redução dos royalties do petróleo, em decorrência da violenta queda das cotações internacionais da commodity no mercado internacional. O quadro de retração econômica foi agravado pela estagnação da produção na bacia de Campos e pela paralização dos investimentos da Petrobras com o desmonte do mega esquema de corrupção instalada na empresa e descoberta pela Operação Lava Jato. Como consequência, houve uma grande queda na arrecadação do Governo Estadual que – por outro lado – havia inflado as suas despesas e se endividado, contando com a continuidade daquelas receitas de royalties.

O Rio de Janeiro não foi apenas alcançado pela recessão geral da economia brasileira. Foi também um dos principais geradores da recessão, com o comprometimento de gastos públicos que ficaram sem cobertura, com a referida queda de arrecadação.

Além da crise da cadeia produtiva do petróleo, principal sustentação da economia fluminense, a queda da arrecadação estadual levou à inadimplência com os fornecedores, tanto de materiais como de serviços, e com o seu pessoal ativo e inativo.

O atraso de pagamentos, desde o final de 2015, do funcionalismo estadual, impactou diretamente na redução do consumo das pessoas, gerando um círculo vicioso. Diante do enfraquecimento do mercado, as empresas reduziram a sua produção ou comercialização, demitiram empregados, agravando sucessivamente o quadro recessivo e o nível de empregos.

2017 foi um ano de tentativa de normalizar o quadro fiscal, através de negociações com o Governo Federal, alcançado uma regularização parcial, com redução nos atrasos de pagamentos, sem conseguir eliminá-los de

todo. Enquanto isso o mercado de trabalho continuou encolhendo.

Apesar do resultado negativo anual, está com perspectiva de recuperação em função da melhoria das cotações internacionais do petróleo e da retomada de crescimento da produção na Bacias de Campos e Santos, agora com a contribuição da produção da camada do pré-sal.

Com as mudanças legais e das políticas públicas para o setor a produção de óleo & gás deverá aumentar em 2018 e anos subsequentes, dando condições de sustentação do crescimento econômico e dos empregos. Mas levará muito tempo para recuperar as perdas ocorridas nesse período recessivo entre 2014 e 2017.

RANKING DAS UF'S POR SALDO DE EMPREGO - 2017

UF	Total
Santa Catarina	29.441
Goiás	25.370
Minas Gerais	24.296
Mato Grosso	15.985
Paraná	12.127
Piauí	4.540
Tocantins	3.759
Roraima	2.256
Rondônia	1.571
Maranhão	1.221
Rio Grande do Norte	848
Bahia	839
Distrito Federal	342
Amazonas	78
Acre	42
Amapá	-320
Sergipe	-1.381
Espírito Santo	-2.053
Ceará	-2.139
Paraíba	-3.485
Mato Grosso do Sul	-4.874
Pernambuco	-6.612
São Paulo	-6.651
Para	-7.412
Rio Grande do Sul	-8.173
Alagoas	-8.255
Rio de Janeiro	-92.192
Total	-20.832

Fonte: PDET/CAGED, 2018



ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA

A CATEGORIA PROFISSIONAL DO SETOR DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA ENGLOBA 3 IMPORTANTES SUBSETORES DOS SERVIÇOS, COM ALGUMAS ATIVIDADES COMUNS E OUTRAS BEM DIFERENCIADAS.

LIMPEZA URBANA E PAISAGISMO

De um lado, as atividades de limpeza urbana (principalmente coleta de lixo / resíduos e varrição de vias públicas) e paisagismo (conservação de praças e jardins) são serviços públicos municipais, com tendência crescente de terceirização, mediante concessões. Embora ainda em muitas Prefeituras Municipais, principalmente as de médio porte, os serviços sejam realizados por funcionários públicos, ingressados por concurso público, nas grandes cidades, como o caso de São Paulo, os serviços são concedidos, mediante licitação pública, a empresas que passam a ser os empregadores, em regime celetista. Em alguns poucos casos, como no Rio de Janeiro, os serviços estão a cargo de uma empresa pública, a COMLURB, que – por essa condição estatal – é obrigada a contratar os trabalhadores mediante concurso público, ainda que sejam regidos pela CLT. Em Municípios menores, há muita incidência de serviços informais ou clandestinos.

Mesmo nas grandes cidades, proliferam as atividades irregulares, com as dos coletadores de resíduos, principalmente de papel e papelão, os chamados “morcegueiros”. Não podem ser caracterizados como clandestinos, porque atuam em público, com visibilidade, sob leniência do setor público e da ignorância da sociedade.

Uma questão crítica do setor são os “catadores”, “carrinheiros” ou outra denominação, mas que fazem a coleta de resíduos de maior valor (metais, latinhas de alumínio, papelão e outros) que se organizam em cooperativas de catadores e tiveram grande apoio político, social e institucional ao longo dos governos do PT. É uma política pública social – uma vez que remanesce à mudança de governo – com resultados parciais.

Embora reconhecidos como categoria profissional pelo Ministério do Trabalho, os “catadores de material reci-

clável” não são sindicalizados, dentro do regime da CLT e não integram o setor sindical de Asseio, Conservação e Limpeza Pública. Não são igualmente captados pelo CAGED, de tal forma que não estão considerados nesta análise.

As atividades de coleta de lixo foram afetadas pela crise econômica que afetou as contas públicas em todos os níveis, inclusive os Municípios. Os empregos formais tiveram um crescimento até o ano de 2014, com um pico em 2013, por conta de um forte aumento das admissões (67.301). Supostamente por conta das eleições gerais de 2014. Mas como as municipais só foram em 2012 e depois em 2016, o aumento poderia ter decorrido da liberação de emendas parlamentares em 2012 e 2013.

A partir de 2015 as admissões caem drasticamente (47.877) mantendo a queda em 2016 (38.864). Em 2017 ocorre uma pequena recuperação nas admissões (40.196) que pode ser atribuída ao início das novas administrações municipais. A recuperação da economia ainda não teria chegado às contas fiscais dos Municípios.

Já as demissões seguiram um ritmo de decréscimo constante a partir de 2013, resultando num período entre 2012 e 2014 de saldos positivos, seguido de extinção de empregos a partir de 2015 (-9.076) também em ritmo decrescente, chegando ao mínimo de -1.395 em 2017. Essa trajetória, considerando a retomada do crescimento da economia – embora fraca e lenta – e o impacto nas arrecadações municipais, indica que o resultado de 2018 poderá ser positivo.

O subsetor de paisagismo, com um movimento menor, sustentou o nível de admissões, com pequenas instabilidades. Já as demissões tiveram variações um pouco maiores.

O subsetor manteve saldos positivos até 2015, com uma pequena queda em 2016, recuperando-se em 2017, com um acréscimo de 2.363 de postos de trabalho.

O mercado de trabalho nesta área de Limpeza Urbana e Paisagismo, fortemente dependente das finanças municipais, segue a tendência geral da economia, mas

com especificidades que a afasta do movimento geral. Dependem muito de decisões administrativas das Prefeituras das grandes cidades. Não há indícios de grande influência dos momentos eleitorais municipais, mas sim das eleições gerais. Em 2018 deverá apresentar crescimento geral.

ATIVIDADES DE LIMPEZA

O mercado de trabalho formal desta atividade está relacionada com a atividade profissional de limpeza, exercida por empresas terceirizadas.

O setor empresarial de prestadores de serviços de limpeza, é diversificada, formada por um grande número de empresas nacionais de menor porte, de caráter local ou regional e grandes empresas. Algumas delas são multinacionais – como a Jane King – que atua na modalidade de franquias. Essas tem capacidade de responder por eventuais contestações judiciais, o pode não ocorrer com empresas menores. Não há segurança absoluta que a terceirização não vá precarizar as condições dos trabalhadores.

A eventual precarização do trabalho não decorre de uma restrição ou liberação legal, mas das práticas de mercado e da atuação dos sindicatos. Uma posição firme desses, com ampla capacidade de mobilização evita a ocorrência.

A terceirização fortaleceu o poder dos sindicatos da categoria, uma vez é uma negociação concentrada nas categorias pertinentes e não como categorias marginais quando incorporadas às negociações de múltiplas categorias.

O mercado de emprego formal no subsetor de atividades de limpeza, vem seguindo a evolução geral desse mercado face à recessão. Tem um volume crescente de admissões até 2014, superando o das demissões, gerando postos de trabalhos adicionais. Entre 2012 a 2014 foram mais de 80 mil novos postos gerados.

Já a partir de 2015 caem as novas admissões, insuficientes para repor as demissões, ainda que também em queda, resultando na diminuição dos postos de trabalho em

cerca de 65 mil. A redução dos estoques afeta o volume total das demissões que seguem uma trajetória decrescente até 2017. Porém as admissões também caem a cada ano. O patamar de 2017 (-14.484) do saldo entre admissões e demissões, indica que apesar da tendência o ano de 2018 deverá apresentar valor negativo, a menos de uma ampla reversão em duas atividades críticas para a limpeza profissional: a locação de escritórios e shopping centers.

A locação de escritórios, bastante aquecida até 2014, com uma profusão de lançamentos, inflada com a perspectiva de dois grandes eventos esportivos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas), formou uma “bolha” que estourou em 2015, com a redução geral das atividades econômicas empresariais. O setor imobiliário freou os lançamentos. Muitas empresas fecharam os seus escritórios ou reduziram a ocupação, os índices de desocupação aumentaram e foram reduzidas as áreas corporativas para limpeza.

Também bastante aquecido o mercado de shopping centers teve inúmeras aberturas até 2014, com ampliação de área locada, ocupada e conseqüentemente, a ser limpa e asseada. A partir de 2015 caíram as inaugurações restritas às construções em andamento, mas com paralização de novos lançamentos. Em 2017 praticamente não houve qualquer abertura. Essa contenção de novas áreas também refletiu sobre o nível de empregos no subsetor.

As perspectivas são de retomada de novos lançamentos a partir de 2018.



SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS

Esta atividade refere-se aos serviços condominiais comuns, tanto em edifícios residenciais como corporativos, envolvendo portaria, recepção, limpeza própria, jardinagem, conservação e outros. Ficam de fora as atividades de segurança e de limpeza profissional, por estarem sob outros códigos.

Incluindo também os edifícios residenciais, que apresentam maior estabilidade, teve uma redução nas demissões mais atenuada, mas sucessiva pela necessidade de redução das despesas condominiais dos moradores. Com as admissões, ainda que também em queda, mais que suficiente para repor as demissões, o setor manteve resultados positivos de geração de postos de trabalho nos três últimos anos. A tendência é de manutenção desses resultados, porém em patamares reduzidos.

**ADMISSÕES
(INCLUINDO FORA
DO PRAZO)**

A evolução conjunta do setor mês a mês mostra uma estabilidade das admissões até o mês de outubro. No final do ano, como em outros setores, caíram as admissões, com aumento das demissões em novembro. As demissões em dezembro foram menores, e mesmo com admissões também menores o resultado ficou positivo em 5.627, mas insuficiente para compensar as perdas anteriores, levando o resultado anual a ficar negativo em 9.035 postos extintos. Somente o estado de SP foi responsável por 3.162 contratações adicionais, capitaneadas pelos municípios de São Paulo (869 vagas adicionais), Santo André (488 vagas adicionais) e Guarujá (414 vagas adicionais) conforme os gráficos da pág. 15.

O resultado positivo de dezembro indicaria uma recuperação do mercado de trabalho formal, nesse setor, sem grandes convulsões, em 2018. Já a partir de 2019, com a conclusão dos lançamentos adicionais que começaram a ocorrer no mercado imobiliário a perspectiva é de aumento no volume de empregos no setor de condomínios, afetando positivamente o conjunto.

ANO MOVIMENTAÇÃO	COLETA DE RESÍDUOS	SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS	ATIVIDADES DE LIMPEZA	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	TOTAL
2012	54.682	260.814	516.577	15.722	847.795
2013	67.301	277.719	544.065	18.687	907.772
2014	59.543	296.441	551.602	17.417	925.003
2015	47.877	268.115	462.349	17.658	795.999
2016	38.864	229.418	399.696	15.783	683.761
2017	40.196	219.731	357.546	17.305	634.778

Demissões (incluindo fora do prazo)

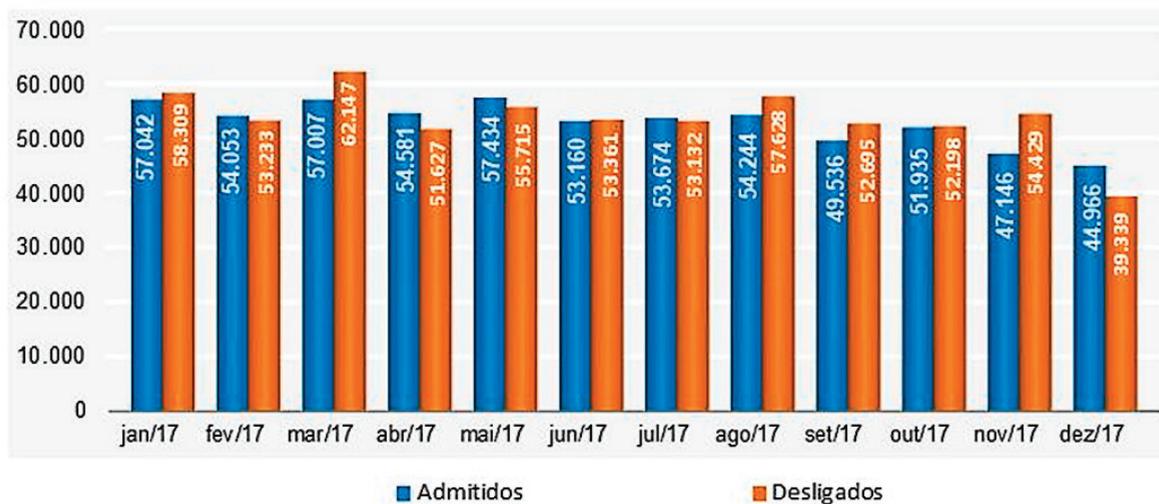
ANO MOVIMENTAÇÃO	COLETA DE RESÍDUOS	SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS	ATIVIDADES DE LIMPEZA	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	TOTAL
2012	52.235	236.739	484.338	13.726	787.038
2013	58.793	253.665	518.489	15.960	846.907
2014	57.247	275.539	525.792	15.908	874.486
2015	56.953	254.950	491.132	16.879	819.914
2016	46.674	221.021	420.596	16.246	704.537
2017	41.591	215.250	372.030	14.942	643.813

Saldo (incluindo fora do prazo)

ANO MOVIMENTAÇÃO	COLETA DE RESÍDUOS	SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS	ATIVIDADES DE LIMPEZA	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	TOTAL
2012	2.447	24.075	32.239	1.996	60.757
2013	8.508	24.054	25.576	2.727	60.865
2014	2.296	20.902	25.810	1.509	50.517
2015	-9.076	13.165	-28.783	779	-23.915
2016	-7.810	8.397	-20.900	-463	-20.776
2017	-1.395	4.481	-14.484	2.363	-9.035

Fonte: PDET/CAGED, 2018

ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA - MOVIMENTAÇÃO MENSAL DO EMPREGO



Fonte: PDET/CAGED, 2018

ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA SALDO DE MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO - 2017



Fonte: PDET/CAGED, 2018



PANORAMA ESTADUAL

O resultado negativo no setor de asseio, conservação e limpeza urbana foi puxado pelo péssimo desempenho do Rio de Janeiro, que apresentou a extinção de 9.961 postos de trabalho, ou seja, se na análise estadual fosse retirado o estado fluminense a criação de empregos no setor seria baixa, porém positiva em 931 vagas adicionais.

No Rio de Janeiro, todos os setores fecharam com saldo de emprego negativo, porém em 2017 o setor de Serviços foi o que mais desempregou trabalhadores e, dentro dele o setor de asseio foi um dos mais afetados pela crise no estado, sendo responsável por 19,2% dos postos de trabalho extintos.

MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO POR UF

UF	ADM	DES	SALDO
São Paulo	254.521	251.451	3.070
Bahia	20.154	17.647	2.507
Santa Catarina	39.806	38.092	1.714
Goiás	20.365	19.144	1.221
Sergipe	6.280	5.179	1.101
Paraná	38.053	37.192	861
Mato Grosso do Sul	8.228	7.540	688
Acre	2.397	1.900	497
Mato Grosso	7.893	7.408	485
Paraíba	3.879	3.497	382
Roraima	1.348	988	360
Para	10.856	10.517	339
Rondônia	1.599	1.602	-3
Tocantins	843	928	-85
Piauí	3.679	3.837	-158
Amapá	492	679	-187
Alagoas	3.244	3.537	-293
Rio Grande do Norte	4.345	4.847	-502
Pernambuco	17.599	18.165	-566
Maranhão	2.938	3.525	-587
Ceará	10.554	11.255	-701
Espírito Santo	10.022	11.224	-1.202
Minas Gerais	46.043	47.735	-1.692
Amazonas	7.955	9.657	-1.702
Distrito Federal	10.905	12.974	-2.069
Rio Grande do Sul	42.321	44.873	-2.552
Rio de Janeiro	58.459	68.420	-9.961
Total	634.778	643.813	-9.035

Os estados que compõem a região sudeste concentram a maior parte da movimentação do emprego do setor de asseio, conservação e limpeza urbana. Somente São Paulo detém 40,1% das admissões e demissões realizadas durante todo o ano, tendo sido responsável por efetuar 254 mil contratações e 251 mil demissões, fechando o período com a criação de 3.070 postos de trabalho adicionais.

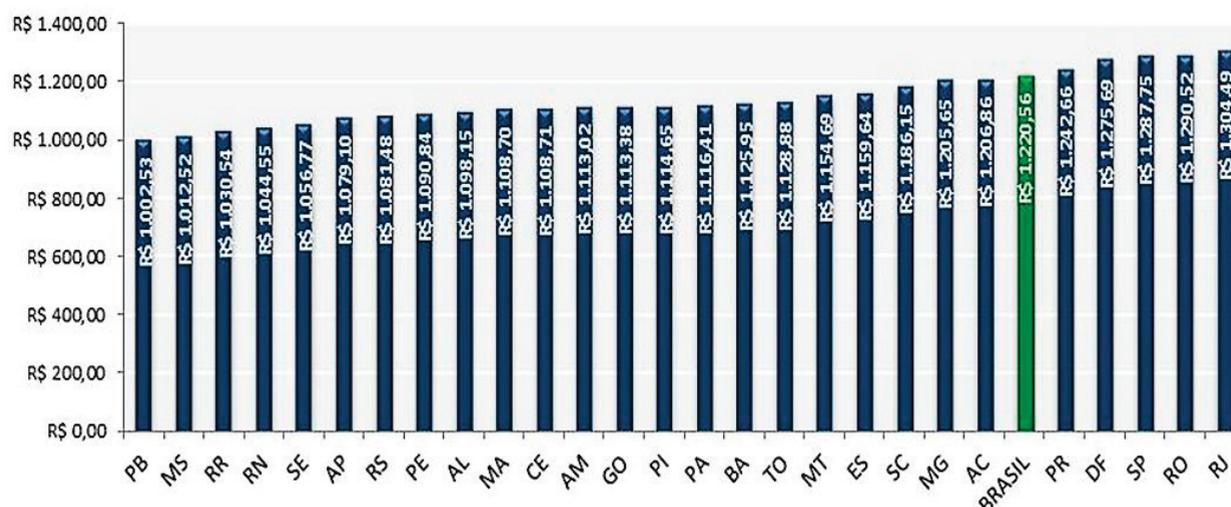
REMUNERAÇÃO MÉDIA E GÊNERO

O salário médio de admissão no setor de asseio, conservação e limpeza urbana fechou em R\$1.220,56, registrou um aumento de 6,8% quando comparada a remuneração média em 2016, que era de R\$1.142,78.

Por estado, o trabalhador admitido no setor possui a melhor remuneração no Rio de Janeiro, onde o trabalhador é admitido recebendo em torno de R\$1.304,49, seguido pelo estado de Rondônia com uma média salarial de R\$1.290,52 e em São Paulo com R\$1.287,75. A menor remuneração de admissão foi registrada na Paraíba com R\$1.002,53.

Considerando a variável gênero, constata-se que as mulheres que foram admitidas no setor recebem uma remuneração em média 11,8% menor do que os trabalhadores do sexo masculino. Por grau de instrução, a maior diferença salarial ocorre para as trabalhadoras que possuem o ensino fundamental completo, onde elas recebem um salário 18,4% menor que eles. Já a menor diferença é para os trabalhadores que atuam no setor e possui ensino superior completo, a diferença é de 7,2% menor para mulheres.

REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS PROFISSIONAIS ADMITIDOS POR ESTADO - 2017



Fonte: PDET/CAGED, 2018

REMUNERAÇÃO MÉDIA DE ADMISSÃO POR GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO BRASIL 2017

Grau Instrução	Masculino	Feminino	Diferença Salarial
Analfabeto	R\$ 1.222,81	R\$ 1.020,07	-16,6%
Até 5ª Incompleto	R\$ 1.246,77	R\$ 1.105,58	-11,3%
5ª Completo Fundamental	R\$ 1.335,17	R\$ 1.088,89	-18,4%
6ª a 9ª Fundamental	R\$ 1.247,94	R\$ 1.098,18	-12,0%
Fundamental Completo	R\$ 1.283,90	R\$ 1.068,76	-16,8%
Médio Incompleto	R\$ 1.232,00	R\$ 1.066,94	-13,4%
Médio Completo	R\$ 1.308,27	R\$ 1.164,32	-11,0%
Superior Incompleto	R\$ 1.598,45	R\$ 1.483,75	-7,2%
Superior Completo	R\$ 2.870,77	R\$ 2.324,78	-19,0%
Total	R\$ 1.328,30	R\$ 1.171,93	-11,8%

Fonte: PDET/CAGED, 2018

Analisando por cargos do trabalhador admitido no setor de asseio, percebe-se que nas ocupações consideradas tipicamente “feminina” ou onde as mulheres são a maioria dos trabalhadores contratados, a diferença salarial tende a ser menor. Por exemplo, no do cargo de faxineiro onde as mulheres representam 70% dos trabalhadores, mesmo assim recebem em torno de 7,5% a menos.

Já nas ocupações consideradas tipicamente “masculinas” como é o caso da categoria de porteiros ou vigias, a diferença salarial tende a ser ínfima, entretanto as mu-

heres tem baixíssima inserção nessas ocupações. Por exemplo, no cargo de vigia a diferença salarial é de apenas -3,2%, mas as mulheres representam apenas 6,9% das contratações.

REMUNERAÇÃO MÉDIA DE ADMISSÃO POR GÊNERO E OCUPAÇÃO DO TRABALHADOR BRASIL 2017

CBO Ocupação	RM Masculino	RM Feminino	Diferença Salarial
Total	R\$ 1.285,91	R\$ 1.136,19	-11,6%
Faxineiro	R\$ 1.127,43	R\$ 1.042,37	-7,5%
Porteiro de Edifícios	R\$ 1.248,54	R\$ 1.232,77	-1,3%
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	R\$ 1.083,46	R\$ 1.011,02	-6,7%
Zelador de Edifício	R\$ 1.300,01	R\$ 1.060,71	-18,4%
Trabalhador da Manutenção de Edificações	R\$ 1.220,22	R\$ 1.024,23	-16,1%
Receptionista, em Geral	R\$ 1.273,53	R\$ 1.283,04	0,7%
Auxiliar de Escritório, em Geral	R\$ 1.229,60	R\$ 1.249,43	1,6%
Vigia	R\$ 1.236,32	R\$ 1.197,12	-3,2%
Assistente Administrativo	R\$ 1.481,20	R\$ 1.484,36	0,2%
Coletor de Lixo Domiciliar	R\$ 1.177,17	R\$ 1.025,80	-12,9%
Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes (Exceto Trilhos)	R\$ 1.104,05	R\$ 1.075,01	-2,6%
Varredor de Rua	R\$ 1.031,03	R\$ 1.016,79	-1,4%
Jardineiro	R\$ 1.204,66	R\$ 1.167,08	-3,1%
Servente de Obras	R\$ 1.134,70	R\$ 1.065,65	-6,1%
Controlador de Entrada e Saída	R\$ 1.282,05	R\$ 1.269,21	-1,0%

Fonte: PDET/CAGED, 2018

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES

Na análise dos cargos com maior número de contratações, a categoria profissional de faxineiros representa 32,3% da movimentação do mercado de trabalho no setor. Durante o ano, somente nesta categoria foram admitidos em torno de 194 mil trabalhadores, que registram remuneração média mensal de admissão de R\$1.067,00;

porteiro de edifícios é outro cargo com grande volume de admissões e média salarial de R\$1.247,04.

As vinte categorias listadas a seguir representam 82,2% da movimentação do emprego no setor de asseio, conservação e limpeza urbana.

**SALÁRIO MÉDIO PAGO
AOS PROFISSIONAIS
ADMITIDOS E DEMITIDOS
NO SETOR DE ASSEIO,
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
URBANA - POR CARGO DO
TRABALHADOR
BRASIL 2017**

CBO 2002 Ocupação	Admitidos	SM ADM	Desligados	SM DES
Total	601.754	R\$ 1.220,56	614.448	R\$ 1.296,50
Faxineiro	194.280	R\$ 1.067,00	191.812	R\$ 1.105,90
Porteiro de Edifícios	90.488	R\$ 1.247,04	90.816	R\$ 1.288,74
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação	39.439	R\$ 1.045,75	44.452	R\$ 1.076,91
Zelador de Edifício	21.304	R\$ 1.226,91	21.480	R\$ 1.322,96
Recepcionista, em Geral	17.177	R\$ 1.280,96	16.106	R\$ 1.370,53
Trabalhador da Manutenção de Edificações	17.310	R\$ 1.131,81	15.939	R\$ 1.165,06
Auxiliar de Escritório, em Geral	15.089	R\$ 1.241,85	13.587	R\$ 1.402,22
Vigia	14.005	R\$ 1.233,61	13.383	R\$ 1.281,10
Coletor de Lixo Domiciliar	9.145	R\$ 1.172,24	10.135	R\$ 1.196,35
Assistente Administrativo	9.278	R\$ 1.483,23	9.144	R\$ 1.745,52
Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes	9.123	R\$ 1.095,80	8.701	R\$ 1.189,66
Varredor de Rua	8.489	R\$ 1.027,37	8.492	R\$ 1.072,63
Jardineiro	7.959	R\$ 1.203,63	8.267	R\$ 1.242,48
Servente de Obras	7.700	R\$ 1.126,88	8.092	R\$ 1.143,00
Supervisor Administrativo	6.475	R\$ 1.891,40	9.005	R\$ 2.053,76
Controlador de Entrada e Saída	7.422	R\$ 1.280,46	7.945	R\$ 1.285,15
Auxiliar de Manutenção Predial	6.801	R\$ 1.172,63	6.768	R\$ 1.349,13
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internac	5.586	R\$ 1.740,24	5.854	R\$ 1.805,97
Copeiro	4.248	R\$ 1.064,42	4.777	R\$ 1.111,50
Pedreiro	3.218	R\$ 1.571,76	4.108	R\$ 1.623,75

Fonte: PDET/CAGED, 2018

ESTE LEVANTAMENTO FOI REALIZADO PELO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS DA UGT – IAEUGT

Presidente: Roberto Santiago • **Diretor Técnico:** Roberto Nolasco • **Equipe Técnica:** Jorge Hori / Pâmela Felício

expediente



FILIADA A



DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: Moacyr Pereira • **Vice Presidente:** Roberto Alves da Silva • **Secretário Geral:** Neucir Paskoski

Tesoureiro Geral: Manasses Oliveira da Silva • **Diretor de Organização Sindical:** Henrique Fermiano

DIREÇÃO NACIONAL (TITULARES) - Diretora de Formação e Qualificação: Maria Donizeti Teixeira Alves • **Diretor para Assuntos Jurídicos:** Leonardo Vitor Siqueira Cardoso Valle

• **Diretor de Assuntos de Saúde e Segurança no Trabalho:** Alexandre Pereira da Silva • **Diretor de Assuntos da Seguridade Social:** Antônio Carlos da Silva

• **Diretor de Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:** Benilson Cavalcante Hipólito

• **Diretora de Assuntos da Mulher e da Diversidade Humana:** Ana Cristina dos Santos Duarte • **Diretor de Assuntos da Juventude:** Melquisedeque Santos de Souza

• **Diretora de Relações Internacionais:** Marcia Adão

DIREÇÃO NACIONAL (SUPLENTEs) - Geraldo Magela da Silva • Jussara Brito de Seixas Gonçalves • Paulo Sérgio Pena Félix • Rone Rubens da Silva Gonsales

• José Dagoberto Barbosa da Silva • Wilson Gomes da Costa • Francisco Henrique da Silva • Amélia Rodrigues Palhares • Carlos Assis Fernandes • Izabel Aparecida de Souza

• Assil Aparecido Kraide • Maria Elisabete Machado da Silva • Aldeci Moreira Garcia

CONSELHO FISCAL - João Gerônimo Filho • Luciano David de Araujo • Maria Elizabete Sutil de Oliveira

CONSELHO FISCAL (SUPLENTEs) - Amauri Silva Alves • Maria Estelita dos Santos • Marilene Cardoso Nunes

Coordenação: Simone Rocha • **Projeto Gráfico:** AGPC Comunicação • **Colaboração:** Roberto Nolasco

Tiragem: 1.500 exemplares

SCN, Quadra 02, Bloco D, Edifício Liberty Mall -Torre A, Sala 602 • Brasília-DF - CEP: 70712-904 - Brasil

Tel.: + 55 61 3326 6973 • www.conascon.org.br • contato@conascon.org.br

TUDO SOBRE A REFORMA TRABALHISTA



Saiba mais em
www.conascon.org.br

CONASCON

Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Empresas de Prestação de Serviços de Asseio
e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes

FILIADA A

UGT
UNião Geral dos
Trabalhadores

UI
global
union